

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



ALTERAÇÕES NA POLÍTICA DE PETRÓLEO E GÁS DA BOLÍVIA E SEUS IMPACTOS SOBRE O BRASIL

Paulo César Ribeiro Lima
Consultor Legislativo da Área XIII
Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transportes

ESTUDO

JULHO/2006



Câmara dos Deputados
Praça 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF



SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. História recente da Bolívia.....	4
3. Lei de Capitalização	7
4. Lei de Hidrocarbonetos de 1996	8
5. Guerra do gás e o plebiscito.....	9
6. Nova Lei de Hidrocarbonetos de 2005	10
7. Decreto de Nacionalização de 2006.....	11
8. Principais atividades da Petrobrás na Bolívia	12
9. O contrato de fornecimento de gás e o gasoduto.....	14
10. Formação do preço do gás natural da Bolívia	17
11. Negociações e alternativas para o gás boliviano	19
12. Conclusão	21

© 2006 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o autor e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



ALTERAÇÕES NA POLÍTICA DE PETRÓLEO E GÁS DA BOLÍVIA E SEUS IMPACTOS SOBRE O BRASIL

Paulo César Ribeiro Lima

1. INTRODUÇÃO

No dia 1º de maio de 2006, o Presidente da Bolívia, Evo Morales, por meio do Decreto nº 28701, que tem como base a Lei nº 3058, de maio de 2005, nacionalizou as reservas de gás e petróleo e parte das ações de cinco empresas criadas a partir de um processo anterior de privatização, inclusive a Petrobras Bolivia Refinación S.A.

Além do controle estatal dessas empresas, o Decreto nº 28701 estabelece que todas as empresas petrolíferas que produzem gás e petróleo na Bolívia estão obrigadas a entregar toda a produção para a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB, empresa estatal que foi refundada pelo Decreto.

Ainda segundo o Decreto nº 28701, durante um período de transição, de 180 dias, os campos com produção diária de gás superior a 100 milhões de pés cúbicos estão sujeitos a um tributo adicional de 32%.

Nessa condição, enquadram-se apenas os campos de San Alberto e San Antonio, descobertos pela YPFB, de onde a Petrobras Bolivia extrai boa parte do gás que é transportado para o Brasil pelo gasoduto Brasil-Bolívia. A capacidade desse gasoduto é de 30 milhões de metros cúbicos por dia. Atualmente, importam-se cerca de 26 milhões de metros cúbicos por dia.

O fornecimento de gás para o Brasil decorre de um contrato firmado entre a YPFB e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás. Válido até 2019, esse contrato de vinte anos teve aditivos que estabelecem uma vinculação entre o preço do gás e uma cesta de óleos combustíveis, que dependem do preço do petróleo no mercado internacional.

A crise do gás da Bolívia trouxe à tona dados surpreendentes como, por exemplo, a grande dependência das indústrias de São Paulo e da Região Sul do Brasil em relação ao gás natural boliviano. Na hipótese de uma eventual suspensão do fornecimento do gás boliviano, o parque industrial brasileiro sofreria sérias conseqüências.

O Brasil, a despeito da confortável situação em relação ao petróleo, ainda apresenta uma frágil posição quanto ao gás natural. A Petrobrás, que foi tão competente no aumento das reservas e na produção interna de petróleo, não teve o mesmo sucesso no aumento da disponibilidade interna de gás natural.

2. HISTÓRIA RECENTE DA BOLÍVIA

As populações indígenas constituem mais da metade da população da Bolívia. Essas populações foram forçadas a trabalhar em condições primitivas e quase feudais. A elas foram negados acesso à educação, a oportunidades econômicas e à participação política. A derrota da Bolívia para o Paraguai na Guerra do Chaco, de 1932 a 1935, foi um ponto de mutação. Dessa guerra até a revolução de 1952, a emergência de disputas ideológicas e as demandas de novos grupos convulsionaram a política boliviana.

Dessas disputas e demandas emergiu o Movimento Nacional Revolucionário - MNR, como um partido de ampla base. Sua vitória foi negada nas eleições presidenciais de 1951. Contudo, na revolução de 1952, o MNR obteve êxito. Na Presidência de Victor Paz Estenssoro, o MNR introduziu o sufrágio universal, promoveu uma reforma agrária e nacionalizou grandes minas de estanho. Ele também foi acusado de cometer muitas violações de direitos humanos.

Após doze anos de tumultos, o MNR foi dividido. Em 1964, uma junta militar depôs o Presidente Paz Estenssoro no seu terceiro mandato. A morte do Presidente René Barrientos, em 1969, um antigo membro dessa junta, eleito Presidente em 1966, levou a uma sucessão de governos fracos.

As eleições de 1978, 1979 e 1980 foram inconclusivas e marcadas por fraudes. Houve golpes, contragolpes e tomadas do poder. Em 1980, o General Luis García Meza conduziu um violento e impiedoso golpe. Seu governo foi caracterizado por abuso dos direitos humanos, narcotráfico e problemas econômicos. Em outubro de 1982, Hernán Siles Suazo tornou-se Presidente. Entretanto, tensões sociais, problemas econômicos e sua fraca liderança forçaram-no a renunciar, um ano antes do fim do seu mandato.

O Partido da Ação Democrática Nacionalista – ADN, do General Hugo Banzer, venceu as eleições de 1985, seguido pelo ex-Presidente Paz Estenssoro, do MNR e pelo Vice-Presidente Jaime Paz Zamora, do Movimento de Esquerda Revolucionário - MIR. No entanto, na escolha pelo Congresso, o MIR aliou-se com o MNR e Paz Estenssoro foi escolhido Presidente pela quarta vez.

Quando ele assumiu o governo, a hiperinflação atingiu uma taxa anual de 24000%. Greves crônicas e tráfico de drogas estavam disseminados. Em quatro anos, a administração de Paz Estenssoro conseguiu atingir estabilidade econômica e social. Contudo, o colapso dos preços do estanho, em outubro de 1985, forçou o governo a despedir 20.000 mineiros, o que causou graves conseqüências sociais.

Nas eleições de 1989, Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR, terminou em primeiro lugar; o General Banzer, da Ação Democrática Nacionalista – ADN, em segundo e Jaime Paz Zamora, do MIR, em terceiro. Contudo, nenhum dos candidatos recebeu a maioria dos votos. Assim, de acordo com a Constituição, o Congresso deveria determinar o novo Presidente. Indicado pelo Congresso, Paz Zamora assumiu a Presidência.

Paz Zamora foi um Presidente moderado, de centro-esquerda, cujo pragmatismo contrabalanceou suas origens marxistas. Sua administração foi relutante na erradicação da coca, cujas folhas são consumidas pelas populações indígenas do altiplano. Em 1992, o Congresso Boliviano investigou ligações pessoais de Paz Zamora com traficantes.

Nas eleições de 1993, as eleições continuaram a tradição de abertura, transparência e transições democráticas de poder. O MNR derrotou uma coligação entre a ADN e o MIR e Sánchez de Lozada foi eleito Presidente.

Ele perseguiu uma agressiva agenda neoliberal de reformas econômicas e sociais. A mais dramática mudança conduzida por Sánchez de Lozada foi o programa de capitalização. Nesse programa, investidores assumiram 50% do controle acionário de empresas públicas no setor de petróleo, telecomunicações, energia elétrica, entre outras. Essas reformas tiveram forte oposição de certos segmentos da sociedade, particularmente em La Paz e na região de Chapare, onde existem plantações de coca.

Em 1997, o General Hugo Banzer, líder da ADN, recebeu 22% dos votos, enquanto o candidato do MNR recebeu 18%. Por meio de uma coalizão, o Congresso definiu Hugo Banzer como novo Presidente. O Presidente Hugo Banzer renunciou em 2001, devido a um câncer de pulmão. Ele foi sucedido pelo seu vice-presidente Jorge Quiroga.

Nas eleições de 2002, Sánchez de Lozada venceu por estreita margem o candidato Manfred Reyes Villa, da Nova Força Republicana - NFR e o líder indígena Evo Morales, do Movimento ao Socialismo - MAS, numa eleição com claros sinais de fraudes. Durante a contagem dos votos, o suprimento de energia foi misteriosamente desligado. Quando a energia voltou, Sánchez de Lozada aparecia como vencedor dessa misteriosa eleição.

Alguns dias antes da votação, o embaixador dos Estados Unidos, Manuel Rocha, advertiu o eleitorado boliviano que os Estados Unidos fechariam seus mercados para a Bolívia, caso Morales vencesse as eleições. Mesmo assim, Morales recebeu 21% dos votos, apenas 2 pontos percentuais atrás de Lozada.

Após quatro anos de recessão econômica, aperto fiscal e tensões étnicas, criou-se uma revolta da polícia que quase derrubou o governo de Lozada. O governo se manteve, mas permaneceu impopular. A agência de avaliação Standard & Poors rebaixou a dívida da Bolívia.

Em 2003, ocorreu a “Guerra do Gás”. Essa guerra foi um conflito sobre a questão da exploração das reservas bolivianas de gás natural. Ocorreram greves, bloqueios, dezenas de mortes e feridos, em razão de confrontos de populares com as forças armadas.

Após a “Guerra do Gás”, Sánchez de Lozada, sob imensa pressão, renunciou e foi para os Estados Unidos. Seu Vice-Presidente, Carlos Mesa, assumiu o governo, ainda em 2003, com a promessa de atender às demandas sociais.

Em julho de 2004, a questão do gás e dos hidrocarbonetos foi o tema de um plebiscito em que os bolivianos apoiaram maciçamente um bloco de perguntas que apontavam para uma maior taxaço e um maior controle estatal desses recursos, bem como para sua industrialização no país.

O plebiscito resultou no projeto de uma “nova lei de hidrocarbonetos”, onde se propunha a criação de um novo tributo sobre a produção de petróleo e gás. Esse tributo aumentaria a arrecadação do Estado, mas os recursos ainda ficariam nas mãos das empresas multinacionais. Essa proposta levou a uma onda de protestos durante o mês de março de 2005. Carlos Mesa ficou mais e mais isolado e renunciou duas vezes, sem que o Congresso desse aval.

A crise estava bem aguda nesse momento. Carlos Coro Mayta, um líder de um grupo de mineiros que estava indo para Sucre para impedir a sessão do Congresso, foi baleado por um soldado, tornando-se a primeira vítima durante esses protestos. Nesse momento, eram centenas de milhares que participaram do movimento, o que fez com que Mesa renunciasse mais uma vez, no dia 6 de junho. Dessa vez, o Congresso aceitou a renúncia de Mesa. O

Presidente do Tribunal Constitucional, Eduardo Rodríguez Veltzé, assumiu a Presidência da Bolívia.

Acordos políticos permitiram uma modificação na Constituição e uma renovação total do Parlamento, simultaneamente com eleição presidencial, em dezembro de 2005. A deterioração do sistema político levou as forças políticas tradicionais ao fracasso, inclusive os partidos ADN e MNR. Isso fez com que o MAS atingisse 54% dos votos e elegeesse Evo Morales, o primeiro Presidente de origem indígena.

No dia 1º de maio de 2006, Evo Morales assinou o Decreto nº 28701, que nacionalizou os hidrocarbonetos, ação demandada pelos indígenas bolivianos por muitos anos. Tropas federais foram mandadas para os campos de gás e para as empresas estrangeiras que tiveram origem no programa de capitalização e privatização de Sánchez de Lozada e Hugo Banzer.

3. LEI DE CAPITALIZAÇÃO

A Lei de Capitalização nº 1544, de 1994, foi promulgada em razão de um novo modelo de desenvolvimento, baseado em investimentos privados. Ressalte-se que, no modelo vigente antes dessa Lei, o crescimento era impulsionado, fundamentalmente, pelas empresas estatais.

Nesse processo de capitalização, o Estado cedeu 50% da sua participação acionária e do controle administrativo das suas empresas estatais a investidores estrangeiros, em troca de compromissos efetivos de investimentos. Esses compromissos totalizavam, aproximadamente, US\$1,700 bilhão, que deveriam ser investidos nas empresas durante um período de sete anos. Desse total, US\$835 milhões teriam que ser aplicados no setor de hidrocarbonetos.

Dessa forma, a YPFB, empresa estatal petrolífera criada em 1936, quando a Standard Oil foi nacionalizada, deixou de exercer o monopólio das atividades de exploração, produção e refino de hidrocarbonetos na Bolívia e passou a ser uma simples administradora de contratos.

Os outros 50% das ações foram transferidos para os cidadãos bolivianos com mais de 21 anos em 31 de dezembro de 1995 (48%) e empregados da YPFB (2%). O sistema de capitalização diferenciou-se dos métodos convencionais de privatização. Nesse sistema, o investimento estrangeiro deveria ser usado para expandir a capacidade de produção e o estoque de capital das empresas, e não para solucionar problemas de déficit fiscal.

4. LEI DE HIDROCARBONETOS DE 1996

Para completar o marco legal da capitalização, alterou-se a legislação vigente, por meio da Lei de Hidrocarbonetos nº 1689, de 1996. Como já mencionado, antes da reforma, a indústria de óleo e gás da Bolívia estava sob controle do Estado, por meio da YPFB, que exercia um monopólio verticalmente integrado.

Com o processo de capitalização e a aprovação da Lei nº 1689, a prioridade passou a ser remover a YPFB da cadeia produtiva e promover a exportação de gás natural para as regiões Sudeste e Sul do Brasil. O gasoduto Brasil-Bolívia, que entrou em operação em 1999, viabilizou essa intenção e os investimentos privados no setor de hidrocarbonetos.

De certa forma, foi esse gasoduto que deu a garantia de retorno aos investimentos exigidos pelo processo de capitalização das empresas que foram criadas, em 1997, a partir da política de Sánchez de Lozada. A Tabela 4.1 mostra algumas informações sobre essas empresas e sobre as empresas decorrentes do processo de privatização.

Tabela 4.1- Compradores e valores de venda para as empresas capitalizadas e privatizadas

EMPRESAS CRIADAS PELA REFORMA	ANO	VALOR DA PRIVATIZAÇÃO (MILHÕES DE DÓLARES)	VALOR DA CAPITALIZAÇÃO (MILHÕES DE DÓLARES)	COMPRADOR ORIGINAL
Chaco S.A.	1997		306.66	Amoco
Andina S.A.	1997		264.77	YPF-Pérez Companc-Plus Petrol
Transredes S.A.	1997		263.50	Enron-Shell
EBR S.A.	2000	102.00		Petrobrás
CLHB S.A.	2000	12.05		Oil Tanking
Airport service stations	2000	11.10		Private
TOTAL		125.15	834.93	

A Lei nº 1689 estipulou, ainda, que o governo ficaria com uma parte do valor da produção, que dependia de ter o campo produtor sido descoberto antes ou depois da capitalização:

- 50% do valor da produção de campos antigos;
- 18%, no caso de campos novos.

Os campos de San Alberto e San Antonio, apesar de terem sido descobertos pela YPFB, foram classificados como campos novos.

Os gasodutos e oleodutos da YPFB foram transferidos para a empresa capitalizada Transredes. A administração de outros dutos, inclusive polidutos, foi confiada à empresa privada Oil Tanking. No refino, as duas importantes refinarias da Bolívia foram transferidas para a Empresa Boliviana de Refinación - EBR, cuja composição do capital era 60% da Petrobrás e 40% da Pérez Companc.

Os terminais de estocagem da YPFB foram transferidos para a Compañía Logística de Hidrocarburos Boliviana – CLHB, da Oil Tanking. Os postos de abastecimento em aeroportos também foram transferidos para o setor privado. O fornecimento de óleo diesel e o de lubrificantes importados ficaram a cargo de empresas privadas.

5. GUERRA DO GÁS E O PLEBISCITO

A Guerra do Gás foi um conflito social ocorrido na Bolívia, em 2003, que teve como foco a política de exploração e produção de hidrocarbonetos, especialmente do gás natural. Esse conflito teve suas raízes no descontentamento da população com a legislação do setor de hidrocarbonetos, com as políticas de erradicação da coca, com a corrupção e com as ações militares violentas contra movimentos grevistas.

Em larga escala, ela está ligada à política de exploração do gás natural. Essa política foi estabelecida pelo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, que, a partir da Lei nº 1689, celebrou contratos de exploração de campos de gás e petróleo com 26 companhias estrangeiras, entre elas a Petrobras Bolivia, sem submetê-los ao Congresso, como exige a Constituição. Esses contratos foram considerados muito generosos por grande parte da população.

Assim, em outubro de 2003, eclodiu a Guerra do Gás. Ocorreram muitas greves e barreiras foram montadas em estradas por indígenas e grupos trabalhistas, o que levou o país a uma paralisação geral. Uma repressão violenta pelas forças armadas deixou 60 mortos, principalmente na região de El Alto, localizada no Altiplano, acima da capital La Paz. Os conflitos levaram Sánchez de Lozada à renúncia.

Lozada foi sucedido por Carlos Mesa que, em julho de 2004, colocou a questão do gás em um plebiscito. Nesse plebiscito, foram feitas cinco perguntas acerca da política de gás que devia ser implementada no país. Essas perguntas e o resultado do plebiscito são mostradas abaixo:



1. Você está de acordo com a ab-rogação da Lei de Hidrocarbonetos nº 1689, promulgada por Gonzalo Sánchez de Lozada? Sim 87%

2. Você está de acordo com a recuperação da propriedade de todos os hidrocarbonetos na boca do poço para o Estado Boliviano? Sim 92%

3. Você está de acordo em refundar a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, recuperando a propriedade estatal das ações das bolivianas e bolivianos nas empresas petrolíferas capitalizadas, de maneira que ela possa participar em toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos? Sim 87%

4. Você está de acordo com a política do Presidente Carlos Mesa de utilizar o gás como um recurso estratégico para lograr uma saída útil e soberana para o oceano Pacífico? Sim 55%

5. Você concorda que a Bolívia exporte gás no marco de uma política nacional que cubra o consumo de gás das bolivianas e bolivianos; fomenta a industrialização do gás em território nacional; cobre impostos e/ou royalties das empresas petrolíferas, chegando a 50 por cento do valor da produção de gás e petróleo em favor do país; destine os recursos da exportação e industrialização do gás, principalmente para educação, saúde, estradas e empregos? Sim 62%

6. NOVA LEI DE HIDROCARBONETOS DE 2005

Em maio de 2005, em decorrência dos resultados do plebiscito e da grande pressão popular, o Congresso aprovou uma nova Lei de Hidrocarbonetos: a Lei nº 3058.

Essa Lei estabeleceu que devia haver uma migração obrigatória dos Contratos de Risco Compartilhado - CRC, subscritos pelas empresas petrolíferas multinacionais, para Contratos de Produção Compartilhada, de Operação ou Associação, em um prazo de 180 dias. A Petrobras Bolívia é uma dessas empresas.

Por meio da nova Lei, criou-se um Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos - IDH de 32% sobre o total da produção e determinou-se a refundação da YPFB, a partir da recuperação das ações das empresas capitalizadas, gerenciadas pelas Administradoras de Fundos de Pensões - AFP, que se destinam ao pagamento do BONOSOL.

O BONOSOL, ou Bônus de Solidariedade, é um bônus pago aos cidadãos bolivianos com mais de 65 anos e cujo pagamento anual se realizava com a rentabilidade das empresas capitalizadas.

A Lei nº 3058 estabeleceu também a possibilidade de conceder incentivos tributários para projetos de industrialização, de redes de gasodutos, de instalações domiciliares e de alteração na matriz energética.

Essa Lei dispôs, ainda, que as tarifas de distribuição de gás natural por redes devem contemplar subsídios para os consumidores de menor renda, pequena indústria, saúde pública, educação fiscal, eletrificação rural, turismo e para o gás natural veicular.

7. DECRETO DE NACIONALIZAÇÃO DE 2006

O Decreto nº 28701, de 1º de maio de 2006, do Presidente Evo Morales, transferiu para a YPFB, a título gratuito, as ações dos cidadãos bolivianos e nacionalizou as ações necessárias para que essa empresa controle, no mínimo, 50% mais 1 nas empresas Chaco S.A., Andina S.A., Transredes S.A., Petrobras Bolivia Refinación S.A. e Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia S.A.

Além disso, estabeleceu uma participação adicional de 32% para a YPFB, no caso de campos com produção superior 100 milhões de pés cúbicos de gás por dia, durante um período de transição de 180 dias. Essa participação alcança apenas os campos de San Alberto e San Antonio, que são operados pela Petrobras Bolivia S.A.

Antes da edição do Decreto nº 28701, as empresas resultantes do processo de capitalização e da privatização de YPFB apresentavam a seguinte composição acionária:

. Andina S.A.

- Repsol YPF: 50%
- Cidadãos bolivianos: 48%
- Empregados da YPFB: 2%

. Chaco S.A.

- Panamerican Energy: 50% (British Petroleum 60% e Bidas 40%)
- Cidadãos bolivianos: 48%
- Empregados da YPFB: 2%

. Transredes S.A.

- Shell: 25%
- Prisma Energy: 25%
- Sócios não identificados: 16%
- Cidadãos bolivianos: 34%

. Petrobras Bolivia de Refinación S.A. - PBR (ex Empresa Boliviana de Refinación - EBR)

- Petrobras Bolivia

. Compañía Logística de Hidrocarburos Boliviana S.A.

- Capitais peruanos e alemães

8. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA PETROBRÁS NA BOLÍVIA

As operações da Petrobrás na Bolívia são agregadas em uma subsidiária da Petrobras International Braspetro BV - PIB BV, denominada Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios - PEBIS. A PEBIS controla quatro companhias: Petrobras Bolivia, Petrogasbol, Sociedade Transportadora San Marcos e 44,5% da Transierra.

A PIB BV, com sede em Amsterdã, foi criada no fim de 2002, para agregar as operações internacionais da estatal brasileira na área de exploração e de produção de petróleo e gás. A criação dessa empresa fez parte de uma reestruturação na área internacional da companhia, com o objetivo de aproveitar facilidades tributárias e os tratados comerciais entre a Holanda e outros países onde a estatal brasileira atua.

Entre esses acordos, deve-se ressaltar a existência do Tratado de Proteção de Investimentos entre a Bolívia e a Holanda, assinado no âmbito do *International Center for Settlement of Investments Disputes* - ICSID do Banco Mundial, em Washington.

A Petrobras Bolivia é uma empresa que participa da indústria de petróleo, gás e energia em território boliviano, com sede na cidade de Santa Cruz de la Sierra. Os negócios da Petrobras Bolivia incluem a busca de novas reservas de petróleo e gás em seis dos nove estados da Bolívia: Tarija, Chuquisaca, Cochabamba, Beni, La Paz e Santa Cruz.

Essa empresa, além de desenvolver atividade de exploração em outros blocos, é a operadora da produção de hidrocarbonetos nos blocos San Alberto e San Antonio, no estado de Tarija. A Tabela 8.1 mostra os dois principais contratos subscritos pela Petrobrás referentes a esses blocos.

Tabela 8.1 - Principais Contratos de Risco Compartilhado da Petrobrás Bolivia

ANO	OPERADOR	SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	BLOCO
1996	Petrobras Bolivia S.A.	Petrobras Bolivia S.A.	35%	AN ALBERTO
		Total Exploration Production Bolivie	15%	
		Empresa Petrolera Andina S.A.	50%	
1996	Petrobras Bolivia S.A.	Petrobras Bolivia S.A.	35%	San Antonio
		Total Exploration Production Bolivie	15%	
		Empresa Petrolera Andina S.A.	50%	

A Petrobras Bolivia opera também o gasoduto Yacuiba - Río Grande (GÁSYRG) e o Gasoduto da Transportadora San Marcos em Puerto Suárez, na fronteira com o Brasil. Suas operações na Bolívia incluem, ainda, a produção, comercialização e distribuição de derivados de petróleo produzidos nas refinarias de propriedade da Petrobras Bolivia Refinación - PBR, que é uma empresa controlada pela Petrobras Bolivia. A PBR, antes denominada EBR, foi a única empresa do sistema Petrobrás que foi nacionalizada pelo Decreto nº 28701.

Por meio da PBR, a Petrobras Bolivia comprou, em 2000, no governo de Hugo Banzer, as refinarias "Gualberto Villarroel", na cidade de Cochabamba, e "Guillermo Elder Bell" na cidade de Santa Cruz de la Sierra, por US\$102 milhões.

A capacidade conjunta dessas refinarias, antes de propriedade da YPF, é de 60.000 barris por dia. A partir dessa aquisição e da compra da Pérez Companc, a Petrobrás praticamente assumiu o monopólio do refino na Bolívia. A estatal brasileira passou a ter uma fatia de 98% do mercado de refino, 25% do mercado de combustíveis e 63% do mercado de lubrificantes.

A PBR atende 100% da demanda interna de gasolinas, especial e Premium, e aproximadamente 60% da demanda de óleo diesel. Além disso, abastece 100% da demanda de *jet fuel*, gasolina de aviação e querosene. É também a distribuidora atacadista nos estados de Santa Cruz, La Paz e Cochabamba.

Na área de serviços, a empresa Petrobras Bolivia Inversiones y Servicios S.A. presta serviços às demais empresas do grupo, tais como serviços de administração geral, compras, contabilidade e finanças, tributos, tecnologia da informação e telecomunicações, recursos humanos, planejamento, segurança, meio ambiente e saúde, comunicação social e assessoria legal.

Somados os dispêndios realizados em *upstream* e *downstream*, desde sua chegada à Bolívia, a Petrobras Bolivia e seus sócios investiram no país cerca de US\$1,5 bilhão. Desses investimentos, cerca de US\$1 bilhão foram feitas apenas pela Petrobras Bolivia.

9. O CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS E O GASODUTO

Em março de 1992, os Ministérios de Minas e Energia do Brasil e da Bolívia estabeleceram que a compra e venda do gás boliviano era uma decisão política prioritária para o processo de integração e crescimento dos dois países. Definiu-se também o traçado do gasoduto, que ligaria a Bolívia ao Brasil, passando por Puerto Suárez e Corumbá.

Ainda em 1992, Brasil e Bolívia assinaram um Acordo Parcial sobre a Promoção de Comércio, que isentava a compra e venda de gás de gravames à importação e à exportação, assim como de quaisquer outras restrições não-tarifárias. O contrato definitivo de Compra e Venda de Gás Natural, entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás e YPFB, foi finalmente firmado em 16 de agosto de 1996.

Notícias veiculadas na imprensa informam que a Cláusula 11 desse contrato estabelece que os preços do gás acompanham os de uma cesta com três óleos combustíveis, com diferentes teores de enxofre, e que uma revisão das condições estabelecidas no contrato pode ser feita a cada cinco anos. Ainda segundo a imprensa, a Cláusula 15 dispõe que pode haver alteração de termos do contrato caso haja alteração do mercado e estabelece um prazo de 45 dias para arbitragem internacional, caso não haja acordo.

O volume máximo que é exportado por meio do contrato de fornecimento de gás é de 30,08 milhões de metros cúbicos por dia, conforme mostrado na Tabela 8.2. Essa tabela indica os volumes contratados, por 20 anos, referente ao período de 1999 a 2019.

Tabela 8.2 - Condições do Contrato de Fornecimento de Gás

Período	1999	2000	2001	2002	2003	2004 - 2019
Volume contratado (MMm ³ /dia)	2,2	9,1	13,3	20,4 - 24,6 (*)	24,6 - 30,08 (*)	30,08
Take or Pay (**)	0%	60%	65%	70%	75%	80%

(*) Os valores à esquerda correspondem aos volumes determinados originalmente no contrato de compra e venda, enquanto que os valores da direita são os volumes renegociados, em agosto de 2001.

(**) Volume mínimo, segundo o contrato, que o comprador está obrigado a comprar e que proporciona ao vendedor o direito de exigir o pagamento, quer se realize efetivamente a compra ou não.

Fonte: Vice-ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia. Ano 2003.

Do ponto de vista corporativo, o gasoduto Brasil-Bolívia foi construído com a participação de vários grupos, tendo sido constituídas duas empresas: a brasileira, TBG - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e a boliviana, GTB - Gas Transboliviano S.A. A GTB é a operadora do gasoduto em território boliviano e a TBG é a operadora em território brasileiro. A estrutura societária dessas empresas é mostrada na Tabela 8.3.

Tabela 8.3 - Gasoduto Brasil-Bolívia - Estrutura das Participações Acionárias

EMPRESAS	TBG	GTB
Gaspetro (*)	51%	9%
BTB Consórcio(**)	29%	6%
Transredes (***)	10%	42.5%
Shell	5%	21.3%
Enron	5%	21.3%
TOTAL	100%	100%

(*) Subsidiária da Petrobrás

(**) Consórcio constituído pela BHP, El Paso Energy e British Gas

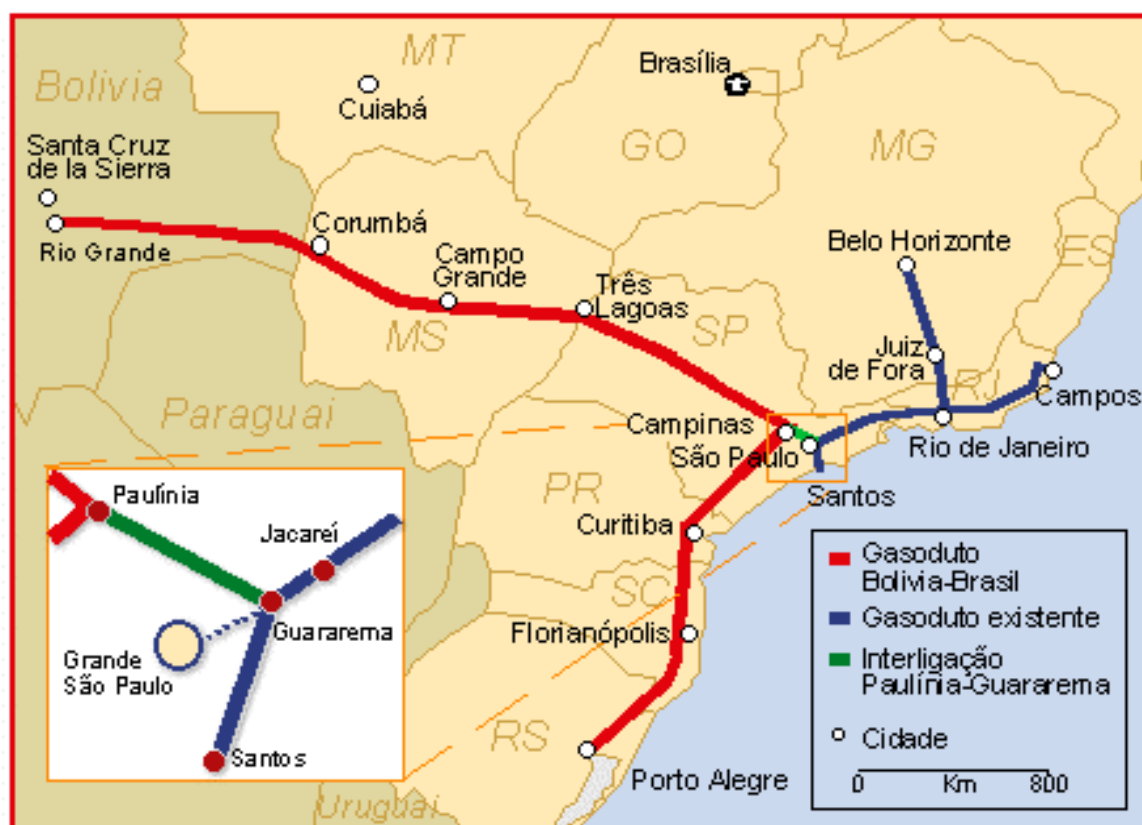
(***) 25% Shell, 25% Enron e 50% Fundos de Pensão Bolivianos

O Gasoduto Bolívia-Brasil tem aproximadamente 3.150 km de extensão, sendo 557 km do lado boliviano e 2.593 km em solo brasileiro. Inicia-se em Rio Grande, na Bolívia, com 32 polegadas de diâmetro, alcança a fronteira com o Brasil no Mato Grosso do Sul, cidade de Corumbá, e segue, com o mesmo diâmetro, até Campinas. O trecho de Corumbá a Campinas tem aproximadamente 1.258 km.

Em Campinas, divide-se em dois ramais principais, com diâmetro de 24 polegadas. O primeiro, de 155 Km, vai até Guararema, onde se interliga com o sistema de dutos da Petrobrás (São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte). O segundo, com extensão de 1.180km, segue até Porto Alegre. A capacidade máxima do gasoduto é de 30 milhões de m³/dia.

O investimento total para a construção desse gasoduto foi de cerca US\$2 bilhões, sendo US\$1,7 bilhão no Brasil. A Figura 8.1, a seguir, mostra o traçado do gasoduto Bolívia-Brasil.

Figura 8.1 - Traçado do gasoduto Bolívia-Brasil



10. FORMAÇÃO DO PREÇO DO GÁS NATURAL DA BOLÍVIA

O preço do gás da Bolívia, em maio de 2006, antes das tarifas de distribuição e dos impostos brasileiros, era composto das seguintes parcelas por milhão de BTU (MMBTU):

- preço na boca do poço: US\$3,23;
- tarifa de transporte até Río Grande: US\$0,27;
- tarifa de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia: US\$1,76.

Dessa forma, o gás chegava a São Paulo a US\$5,26 por MMBTU. Registre-se que esse valor é inferior ao preço do gás vendido nos Estados Unidos, que é de cerca de 7 dólares por MMBTU. Ao valor de US\$5,26 por MMBTU devem ser somados os tributos brasileiros e a parcela referente à distribuidora.

Apresenta-se, a seguir, a Tabela 10.1, com dados de maio de 2006, que mostra os valores cobrados pela Comgás de consumidores de diversas classes do segmento industrial.

Tabela 10.1 - Valores cobrados pela Comgás referente ao segmento industrial

Classe	m ³ /mês	VALORES SEM ICMS(*)		VALORES COM ICMS(*)	
		Fixo - R\$/mês	Variável - R\$/m ³	Fixo - R\$/mês	Variável - R\$/m ³
1	Até 5,00 m ³	18,23	0	20,72	0
2	5,01 a 50,00 m ³	1,74	3,096951	1,98	3,519263
3	50,01 a 130,00 m ³	27,47	2,593125	31,22	2,946733
4	130,01 a 1.000,00 m ³	129,24	1,817841	146,86	2,065728
5	1.000,01 a 5.000,00 m ³	241,92	1,705413	274,91	1,937969
6	5.000,01 a 50.000,00 m ³	3.413,54	1,072335	3.879,02	1,218563
7	50.000,01 a 300.000,00 m ³	20.481,20	0,730992	23.274,09	0,830673
8	300.000,01 a 500.000,00 m ³	34.135,34	0,685438	38.790,16	0,778907
9	500.000,01 a 1.000.000,00 m ³	40.962,40	0,671767	46.548,18	0,763372
10	1.000.000,01 a 2.000.000,00 m ³	61.443,63	0,651287	69.822,31	0,740099
11	Acima de 2.000.000,00 m ³	81.924,83	0,641100	93.096,40	0,728523

(*) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

Admitindo-se que 28 m³ de gás tem uma energia de 1 milhão de BTU, apresenta-se, a seguir, a formação do preço do gás natural fornecido pela Comgás para um consumidor médio do segmento industrial, classe 6, com consumo médio de 15.000 m³ por mês:

. sem ICMS: $(US\$3.413,54 + R\$1,072335 * 15.000m^3) / 15.000m^3 = R\$1,299904/m^3 = R\$36,4$ por MMBTU;

. com ICMS: $(US\$3.879,02 + R\$1,218563 * 15.000m^3) / 15.000m^3 = R\$1,477164 / m^3 = R\$41,3$ por MMBTU.

Admitindo-se uma taxa de câmbio de US\$1,00 igual a R\$2,20, esse consumidor pagou, em maio de 2006, US\$18,80 por MMBTU. Sem ICMS, o valor seria US\$16,54 por MMBTU. Dessa forma, o Governo Estadual recebeu US\$2,26 por MMBTU e a Comgás recebeu US\$11,11 por MMBTU. Contudo, a Comgás deve recolher 9,25% do valor total faturado para a União, referentes às Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e para a Seguridade Social - COFINS.

Assim, a formação do preço para esse consumidor industrial, da classe 6, na área de concessão da Comgás, é mostrada na Tabela 10.2.

Tabela 10.2 - Exemplo de formação de preço para um consumidor industrial de 15.000 m³ por mês na área de concessão da Comgás

LOCAL	PREÇO US\$ POR MMBTU	TIPO DE TARIFA	RECEBEDOR
Boca do poço	3,23	Produção	Andina, Petrobrás Bolívia e Total e Governo da Bolívia
Río Grande	0,27	Transporte	Transierra
São Paulo	1,76	Transporte	GTB e TBG
	9,54	Distribuição	Comgás
	2,26	ICMS	Governo estadual
	1,74	PIS/COFINS	Governo federal
Consumidor (preço final)	18,80		

Para os campos com de San Alberto e San Antonio, 18% ficam com os produtores e 82% com o governo boliviano. Para esses campos, durante um período de 180 dias, um valor de apenas US\$0,58 por MMBTU vai ficar com os produtores; um valor de US\$2,65 fica com o governo boliviano.

Para os outros campos, o valor de US\$3,23 por MMBTU é dividido igualmente entre produtores e o governo boliviano. Dessa forma, US\$1,65 por MMBTU fica com os produtores e US\$1,65 com o governo boliviano. Registre-se, contudo, que o valor de US\$3,23 é muito inferior ao valor de US\$18,80 por MMBTU cobrado do consumidor mostrado na Tabela 10.2.

11. NEGOCIAÇÕES E ALTERNATIVAS PARA O GÁS BOLIVIANO

Notícias vinculadas na imprensa informam que o governo boliviano vai reivindicar que o valor de US\$3,23 por MMBTU, na boca do poço, seja elevado para US\$5,00 por MMBTU, o que corresponde a um aumento de cerca de 55%.

No entanto, há segurança jurídica para acreditar que o preço do gás, na boca do poço, não sofra esse aumento, mas apenas o aumento contratual referente à elevação do preço dos três tipos de óleo combustível que servem de referência. Outra hipótese é que haja um acordo entre a YPF e a Petrobrás para um aumento, possivelmente inferior a 55%.

Caso não haja acordo e ocorra um improvável corte de fornecimento, o parque industrial brasileiro poderia entrar em colapso. Assim sendo, a Petrobrás anunciou alternativas ao gás boliviano, como a antecipação da produção interna, principalmente na Bacia de Santos e no Espírito Santo, e a importação de gás natural liquefeito - GNL.

A Petrobrás ainda não sabe se será possível antecipar o cronograma da Bacia de Santos. Somente após a conclusão de um estudo, que está em andamento, será possível ter dados mais concretos. A previsão era de que esse estudo estivesse pronto ainda no primeiro semestre deste ano.

Na Bacia de Santos, estão previstos investimentos de US\$18 bilhões em dez anos. Na média, seriam de US\$1,8 bilhão ao ano, mas a maior parte do investimento deve ficar concentrada entre 2007 e 2011, período de construções das dez plataformas previstas para o projeto.

A Petrobrás anunciou, ainda, a intenção de antecipar, de 2012 para 2008, a produção de gás natural em dois importantes campos de óleo e gás no Espírito Santo e assim aumentar a oferta na Região Sudeste. A meta da empresa é aumentar a oferta dos atuais 15,8 milhões de metros cúbicos por dia para 40 milhões de metros cúbicos por dia, até 2008.

Conforme citado, a importação de GNL também pode ser uma alternativa para o gás boliviano. A liquefação do gás natural, após um rápido desenvolvimento entre 1960 e 1980, teve seu desenvolvimento comercial reduzido, pela chegada à Europa dos grandes gasodutos, vindos da Sibéria, e pelo abastecimento do mercado americano pelos vizinhos Canadá e México.

Na virada do século XXI, somente o Japão, Coréia do Sul e Formosa, inatingíveis por gasodutos, representavam mercados importantes para o GNL, vindo principalmente da Indonésia, Golfo Pérsico e Austrália.

Hoje, o GNL é uma das mais promissoras áreas de atividade na indústria de combustíveis. Os motivos decorrem da flexibilidade da comercialização e das novas tecnologias, que reduziram os altos custos das instalações de liquefação, dos navios especializados para o transporte do produto, a -161°C, e das unidades de regaseificação.

As boas perspectivas do GNL estão relacionadas ao rápido aumento do consumo de gás natural em quase todo o mundo, conseqüente da geração termelétrica e das pressões ambientais. Esse aumento tem ocorrido sobretudo nos Estados Unidos, onde o crescimento anual tem sido da ordem de 3 a 4%.

Até agora, o Brasil não estava considerando, seriamente, a introdução do GNL na sua matriz energética. Entretanto, para substituir o aumento da capacidade do Gasoduto Brasil-Bolívia e suprir o crescimento da demanda, a Petrobrás está avaliando a possibilidade de investir mais de US\$ 400 milhões em GNL.

A estatal brasileira estuda instalar uma planta no Ceará ou em Pernambuco, tanto pela maior facilidade de importar o gás da Nigéria quanto pela escassez do insumo na Região Nordeste. A Região Sudeste também é alvo de planos para sediar uma unidade de regaseificação de GNL.

A construção de uma unidade de regaseificação demanda cerca de três anos, mas existe tecnologia americana, com módulos prontos, capaz de acelerar o processo.

Registre-se, no entanto, que, atualmente, os valores do GNL estão cerca de 60% acima do preço de entrega para a distribuidora, em São Paulo, do gás importado da Bolívia, que é de US\$5,26 por MMBTU.

Dessa forma, o gás boliviano continua sendo uma opção natural para os mercados brasileiro. Mesmo que o Brasil busque alternativas ao gás boliviano, como o GNL e o aumento da produção interna, o desenvolvimento dessas alternativas vai demorar alguns anos. Além disso, há um contrato de compra e venda entre a YPFB e a Petrobrás que deve ser cumprido por ambas as partes.

Assim, devem ser envidados esforços para a continuidade do fornecimento pelo gasoduto Brasil-Bolívia. Registre-se, ainda, que esse fornecimento é mais importante para a Bolívia do que para o Brasil. As receitas decorrentes da venda de gás e condensado dos campos que abastecem esse gasoduto representam mais de 15% do produto interno bruto da Bolívia. Sem essa receita, o Estado Boliviano entraria em colapso.

12. CONCLUSÃO

As recentes alterações na política boliviana de petróleo e gás estão relacionadas com a desaprovação, por grande parte da população, do modelo, considerado neoliberal, adotado pelo governo de Sánchez de Lozada.

Esse modelo causou graves revoltas populares e até mortes durante a “Guerra do Gás”. Essa guerra levou a Bolívia a um plebiscito, onde ficou claro o desejo de mudanças na política de hidrocarbonetos.

Essas mudanças ocorreram com a Lei nº 3058, aprovada no governo de Carlos Mesa, que recupera a propriedade de todos os hidrocarbonetos na boca do poço para o Estado Boliviano, que exercerá, por meio da YPFB, esse direito proprietário. No entanto, essa Lei não foi suficiente para acalmar os ânimos e Mesa acabou por renunciar.

Em dezembro de 2005, Evo Morales elegeu-se Presidente da Bolívia e, para cumprir uma de suas promessas de campanha, editou o Decreto nº 28701, que estabelece um controle estatal das reservas de gás e petróleo e nacionaliza a maior parte das ações de cinco empresas do setor que foram capitalizadas e privatizadas, inclusive a Petrobras Bolívia Refinación S.A.

Além disso, esse Decreto cria uma participação adicional de 32% para a YPFB, para campos com produção superior 100 milhões de pés cúbicos de gás por dia, durante um período de transição de 180 dias. Essa participação pode tornar inviável a exploração dos campos de San Alberto e San Antonio, que são operados pela Petrobras Bolívia S.A.

Esses campos são as principais fontes de gás natural para alimentar o gasoduto Brasil-Bolívia. Ressalte-se que o fornecimento de gás natural por esse gasoduto é ainda mais importante para a Bolívia do que para o Brasil e, por isso, não deve ser interrompido. Destaque-se, ainda, que o gás da Bolívia chega ao Brasil com preços menores que os praticados no mercado internacional.

Enfatize-se também que a Petrobrás tem como proteger seus investimentos na Bolívia, pois as suas operações na Bolívia são agregadas em uma subsidiária da Petrobras International Braspetro BV - PIB BV, denominada Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios - PEBIS.

A PIB BV tem sede em Amsterdã, na Holanda. Esse país tem um Tratado de Proteção de Investimentos com a Bolívia, estabelecido no âmbito do *International Center for Settlement of Investments Disputes* - ICSID do Banco Mundial, em Washington.

Registre-se, por fim, que o fornecimento de gás da Bolívia para o Brasil deverá ser mantido, pois interessa aos dois países. Além disso, existe um contrato de vinte anos de compra e venda de gás, firmado entre a YPFB e a Petrobrás, que deverá ser cumprido por ambas as partes.